

PSP quer tratamento compulsivo aos toxicodependentes

RÚBEN SANTOS
rsantos@dnoticias.pt

É inegável. Aumentou a preocupação da população relativamente ao comportamento de alguns indigentes, na baixa do Funchal. Muitos destes sem-abrigo, que têm problemas associados à toxicoddependência, acabam por consumir estas substâncias psicoactivas à vista de muitos, mas não só. Também traficam, roubam e vandalizam de noite ou em plena luz do dia, espalhando pela capital tal desordem à qual a Polícia de Segurança Pública (PSP) garante estar atenta.

Indagada pelo DIÁRIO sobre esta problemática social, a força policial refere que se tem constatado, de facto, “uma maior circulação de pessoas na condição de sem-abrigo e conseqüentemente de fenómenos de consumo de estupefacientes em algumas zonas da cidade, em parte devido à menor circulação de pessoas na via pública”, o que leva a “uma maior visibilidade dos cidadãos na situação de sem-abrigo e na prática da mendicidade”.

Segundo a resposta obtida pelo Comando Regional, a PSP tem também efectuado acções regulares em toda a zona baixa da cidade do Funchal, apreendendo pequenas quantidades de estupefaciente consideradas para consumo, o que, actualmente, não é criminalizado.

Neste contexto, os agentes prestam actualmente “uma especial atenção à Zona Velha, onde têm sido detidos diversos cidadãos conotados com a prática do tráfico de estupefacientes e conseqüentemente apreendidas múltiplas substâncias estupefacientes e psicoactivas”.

“Naturalmente que este tipo de criminalidade tem merecido a atenção da PSP e em particular da Divisão Policial do Funchal, que tem desenvolvido um planeamento de patrulhamento específico para estas áreas, actualizado regularmente e de acordo com as informações e/ou reclamações que vão sendo canalizadas para esta força proporcionar uma maior visibilidade policial nas zonas urbanas mais fustigadas por este tipo de criminalidade e concomitantemente identificar e responsabilizar os autores de tais actos ilícitos”, responde ainda o Núcleo de Imprensa e Relações Públicas da PSP.

Apesar da PSP ter incrementado policiamentos “mais assíduos nas zonas de maior prevalência para o ajuntamento destes indivíduos”, a resolução deste problema, “dada a inexistência de vontade por parte dos mesmos em procurarem respostas sociais ou clínicas, deverá passar por uma resposta integrada dos sistemas de saúde e de segurança social, que só poderá vir a ser eficiente se forem consideradas soluções legais, técnicas e logísticas que possibilitem o tratamento de forma compulsiva”, defende ainda a Polícia de Segurança Pública.

Apostar na prevenção

O director da Unidade Operacional de Intervenção em Comportamentos Aditivos e Dependências (UCAD), Nelson Carvalho, corrobora da justificação da PSP quando se fala de uma maior visibilidade destes indivíduos devido à menor circulação de pessoas na via pública.

O também psicólogo clínico quis por isso salientar que a melhor forma de combater as drogas “não passa por legalizá-las, mas antes investir numa estratégia que passa

por investir preferencialmente na prevenção e dissuasão e que garanta respostas ao nível do tratamento, redução de riscos, minimização de danos e criação de um melhoramento do quadro legal vigente”, tal como a Região está a fazer.

“Temos investido muito na prevenção junto de entidades públicas e privadas. Isso tem sido uma arma muito importante, porque ao envolver todas as entidades públicas e privadas e grupos de trabalho com a polícia e câmaras temos envolvido a comunidade de uma melhor forma e a mensagem passa mais depressa”, esclarece.

Nesse contexto, Nelson Carvalho recuperou uma conferência que decorreu no início deste mês, em Machico, relativamente à canábica, para deixar o alerta: legalizar o consumo de qualquer droga “é optar pelo facilitismo e ceder a lóbis e políticas eleitoralistas e, acima de tudo, colocar as nossas crianças e jovens em risco”.

O responsável da UCAD vai ainda mais longe e aborda o surgimento destas novas lojas que vendem produtos feitos à base desta planta.

“As pessoas são enganadas. Há muitos produtos sem evidência científica que estão a ser vendidos nestas novas lojas. É preciso ter muita atenção, porque muitas vezes as pessoas estão a comprar gato por lebre e até podem colocar em risco a sua saúde. Que vão aos seus médicos assistentes”, indica.

Consumimos menos canábica

A Madeira tem sido a região do país com menor prevalência de consumo de canábica, isto desde 2015 até ao ano passado. Os resultados preliminares de um outro estudo indicam que dos 13 aos 18 anos, o consumo de canábica em Portugal tem vindo a diminuir, o que “é bom sinal”.

“O que eles querem é legalizar para fins sociais e recreativos. Esse é o grande objectivo, porque há aqui um negócio muito apetitoso. Há muito dinheiro envolvido e há uma estratégia político-partidária bem montada. O lóbi é tão grande, que durante o confinamento, nos EUA, a canábis foi considerada essencial à semelhança do pão, carne ou leite”, alertou o director da UCAD, lamentando que a legalização da canábis para fins recreativos acabe por ser legalizada no país e, conseqüentemente, na Madeira, que não poderá desmarcar-se de uma hipotética aprovação em termos nacionais.

2012 foi o pior ano

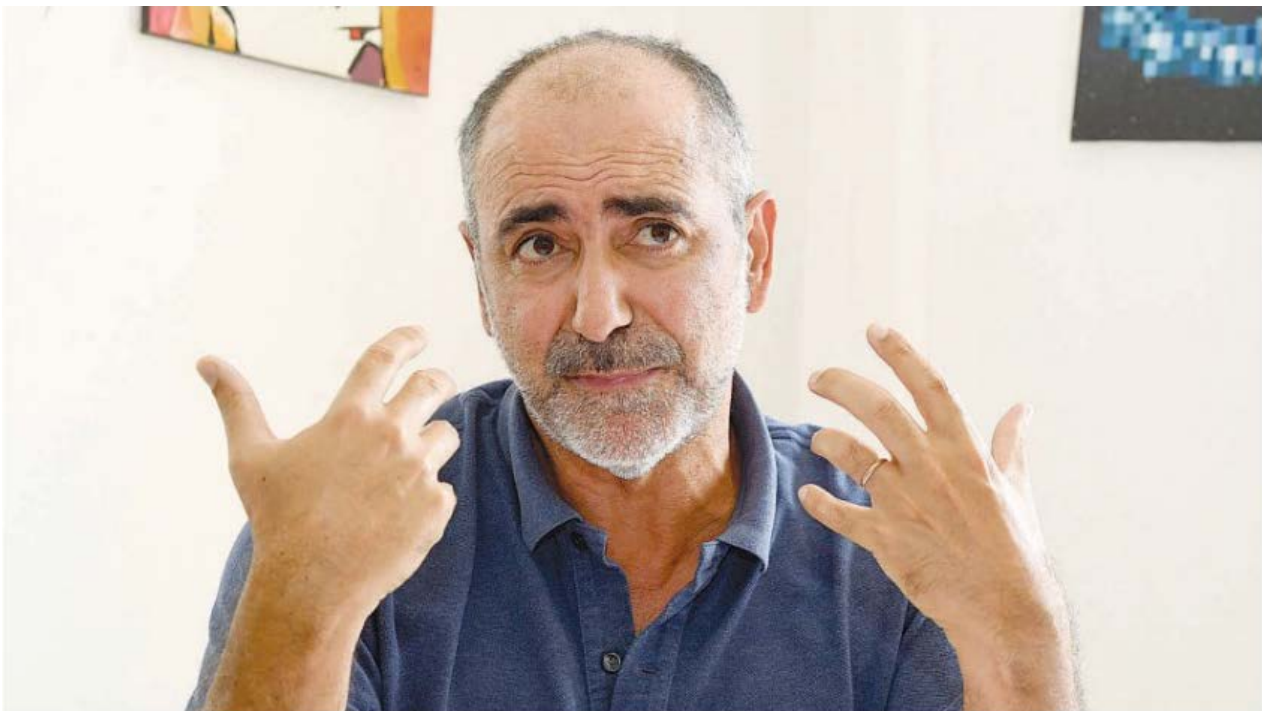
Em 2012 registámos o pior ano em termos de consumo destas novas drogas. Registaram-se 204 internamentos na Casa de Saúde de São João de Deus e cerca de 300 admissões no Serviço de Urgência. A Madeira chegou a gastar 250 mil euros para estes internamentos. Há dois anos, segundo Nelson Carvalho, houve um pequeno aumento neste indicador que tem andado mais ou menos estacionário.

■ Não há canábis medicinal. E um termo “incorrecto, perigoso e demagógico que faz parte de uma estratégia montada pelo lóbi pró-canábis”. Existe sim a “utilização de canabinóides derivados da planta que são usados para fins medicinais, ou seja, para compostos de medicamentos”.

“Os medicamentos feitos à base de canabinóides não curam doenças, apenas aliviam sintomas. E devem ser utilizados como segundo linha. Há muito aquela ideia de que a planta canábis é uma planta segura e que até seria bom que as pessoas fizessem o seu autocultivo. Isso é tudo mentira e é uma mensagem perigosíssima em termos de saúde pública. A planta não é segura, porque seja fumada, inalada ou consumida com um chá o THC está sempre presente e automaticamente estamos a introduzir uma substância psicoactiva no organismo que é perigosíssima”, refere Nelson Carvalho, acrescentando que “a canábis é uma porta de entrada para as drogas”, aliás, “grande parte dos toxicod dependentes começaram na canábis através de uma brincadeira”.

O autocultivo “é um tremendo perigo para a saúde pública”. Diz Nelson Carvalho que “há um conjunto de requisitos, nomeadamente a segurança, controlo, concentrações de princípios activos ou qualidade” que não estão garantidos. Para tal, é necessário “existir uma monitorização clínica e rastreabilidade do produto, o que não está garantido no autocultivo”.

■ Nelson Carvalho já havia apontado à importância da lei que proibiu o consumo das então apelidadas ‘drogas legais’. “Nós já sabíamos, a partir do momento em que o Governo Regional criou a lei para regular as novas substâncias psicoactivas, de forma contraordenacional, que elas iam continuar no mercado ilícito. A agravante é que são drogas mais baratas e com efeitos mais potentes. Muitas vezes o dependente gosta de experimentar coisas novas e de ter novas sensações, e os próprios traficantes vão retirando do mercado a heroína e vão introduzindo estas substâncias psicoactivas, pelo que o consumidor vai alternando”, referiu.



Nelson Carvalho é o director da Unidade Operacional de Intervenção em Comportamentos Aditivos e Dependências.